

<https://doi.org/10.20396/rbest.v5i00.17545>

ARTIGO

Proposta de um Índice de Miséria Ampliado para o Brasil e sua evolução no período 2012-2021

*João Saboia**

*João Hallak Neto***

Resumo

Este artigo recupera o índice de miséria criado por Arthur Okun incorporando novas variáveis disponíveis no país. É desenvolvida uma metodologia para o novo índice, que amplia seu escopo original e passa a considerar, além da inflação, a subutilização da força de trabalho e as dimensões de renda domiciliar e endividamento familiar excessivo. Os resultados encontrados com o índice para o período 2012-2021 mostram grande flutuação, que se inicia com queda até 2014, seguida por crescimento até 2016 e tendência de alta moderada em 2017-2019. O índice volta a crescer em 2020, atingindo o valor mais elevado do período em 2021 e apontando para o aumento das dificuldades enfrentadas pela população no final do período analisado.

Palavras-chave: Índice de pobreza; Inflação; Desemprego; Renda familiar.

JEL: D31; I32; J64.

* Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0509-4723>

E-mail: saboia@ie.ufrj.br

** Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro (CORECON-RJ), Brasil.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7302-2073>

E-mail: joao.hallak@gmail.com



Nota do Editor: Uma versão inicial do artigo foi publicada como Texto para Discussão (Saboia & Hallak Neto, 2022). Os autores agradecem os valiosos comentários e sugestões feitos pelos dois pareceristas anônimos.

Proposal of an Amplified Misery Index for Brazil and its evolution in the period 2012-2021

Abstract

This paper recovers the poverty index created by Arthur Okun including new variables available in the country. A methodology is developed for the new index, which expands its original scope and now considers, in addition to inflation, the underutilization of the labor force and the dimensions of household income and excessive family debt. The results found with the index for the period 2012-2021 show great fluctuation. After an initial drop until 2014, the index grew up to 2016, increasing slightly in 2017-2019. It starts to grow up again in 2020, reaching the highest value of the period in 2021 and pointing to the difficulties faced by the population at the end of the period analysed.

Keywords: Poverty index; Inflation; Unemployment; Household income.

Propuesta de un Índice de Miseria Ampliado para Brasil y su evolución en el período 2012-2021

Resumen

Este artículo recupera el índice de miseria creado por Arthur Okun incorporando nuevas variables disponibles en el país. Se desarrolla una metodología para el nuevo índice, que amplía su alcance original y pasa a considerar, además de la inflación, la subutilización de la fuerza de trabajo y las dimensiones del ingreso de los hogares y el excesivo endeudamiento familiar. Los resultados encontrados con el índice para el periodo 2012-2021 muestran una gran fluctuación, que comienza con una caída hasta 2014, seguida de un crecimiento hasta 2016 y una moderada tendencia al alza en 2017-2019. El índice vuelve a crecer en 2020, alcanzando el valor más alto del periodo en 2021 y apuntando a un aumento de las dificultades a las que se enfrenta la población al final del periodo analizado.

Palabras clave: Índice de pobreza; Inflación; Desempleo; Renta familiar.

Proposition d'un indice de misère élargi pour le Brésil et son évolution au cours de la période 2012-2021

Résumé

Cet article rétablit l'indice de misère créé par Arthur Okun en incorporant de nouvelles variables disponibles dans le pays. Une méthodologie est développée pour le nouvel indice, qui élargit son champ d'application initial et commence à prendre en compte, outre l'inflation, la sous-utilisation de la main-d'œuvre et les dimensions du revenu des ménages et de l'endettement familial excessif. Les résultats obtenus avec l'indice pour la période 2012-2021 montrent une grande fluctuation, qui commence par une baisse jusqu'en 2014, suivie d'une croissance jusqu'en 2016 et d'une tendance modérée à la hausse en 2017-2019. L'indice croît à nouveau en 2020, atteignant la valeur la plus élevée de la période en 2021 et indiquant une augmentation des difficultés rencontrées par la population à la fin de la période analysée.

Mots-clés: Indice de pauvreté; Inflation; Chômage; Revenu des ménages.

Introdução

O índice de miséria foi originalmente criado pelo economista norte-americano Arthur Okun (1928-1980) no início da década de 1960 (Okun, 1962), durante o governo de Lyndon Johnson, a fim de ser utilizado como uma das ferramentas de monitoramento da economia dos Estados Unidos EUA (Nessen, 2008, December 17). A concepção do índice partiu da ideia de que inflação e desemprego estariam inversamente correlacionados conforme sugerido pela curva de Phillips.¹ Em outras palavras, em uma conjuntura recessiva, o desemprego tenderia a crescer ao mesmo tempo em que a inflação diminuiria, enquanto em uma conjuntura expansiva o desemprego tenderia a cair e a inflação a aumentar. O índice é calculado simplesmente pela soma da taxa de inflação e de desemprego. Assim, quanto maior seu valor, pior seria a situação da população de um determinado país.

Para se ter uma ideia de seu valor e sua variação ao longo do tempo citamos como exemplo o caso do Brasil em 2014 e em 2022. Em 2014, a inflação e o desemprego estavam, em média, próximos a 6% cada um, em termos anuais, o que fornece um índice de miséria da ordem de 12%. Já no primeiro semestre de 2022, a inflação anualizada estava em torno de 12% e o desemprego em 10%, totalizando um índice de miséria de 22%, ou seja, quase o dobro do valor de 2014, apontando para uma situação bem pior do que a anterior.

Se por um lado, a simplicidade é o atrativo do índice de miséria, por outro deve ser reconhecido que desemprego e inflação representam apenas uma parte dos itens que poderiam ser associados à miséria ou à falta de bem-estar da população. De fato, ao final dos anos 1990, Robert Barro apresentou o que foi por ele denominado de “Índice de Miséria de Barro”, que incorporaria ao índice original a diferença entre as taxas interanuais de juros básicos, com sinal positivo, e de crescimento do PIB, com sinal negativo, ou seja, podendo reduzir seu valor final. A hipótese levantada é que juros mais altos elevariam a “miséria”, enquanto crescimento econômico maior atuaria reduzindo-a (Barro, 1999, February 22).

Não bastasse a excessiva simplicidade de se considerar apenas duas variáveis, inflação e desemprego, um problema metodológico que permeia o índice original e a alternativa proposta de Barro, é em relação às distintas escalas que podem alcançar os valores das variáveis, confundindo a interpretação do resultado. Por exemplo, a taxa de desemprego, por ser definida como a proporção de desempregados sobre a força de trabalho, em tese, não pode variar fora de um intervalo com limites entre 0 e 100%. Já a inflação, medida pela taxa

¹ A curva de Phillips representa uma relação inversa entre inflação e desemprego no curto prazo. Em suma, a teoria desenvolvida pelo economista neozelandês William Phillips indica que uma menor taxa de desemprego leva a um aumento da inflação, e uma maior taxa de desemprego a uma menor inflação (Fuhrer et al., 2009).

de variação de preços de uma determinada cesta de consumo, não possui limites, sendo possível alcançar valores negativos ou superiores à centena em determinados anos ou locais. Se, por exemplo, em um ano a inflação foi 200% (muito alta) e a taxa de desemprego 5% (baixa), totalizando uma soma equivalente a 205%; e, em outro ano, a taxa de inflação foi 35% (alta) e o desemprego 25% (muito alto), somando 60%, os resultados alcançados pelo índice de miséria de Okun serão muito díspares, confundindo a avaliação comparativa nos dois momentos. Da mesma forma, em tempos de deflação, o resultado pode não ser verdadeiramente representativo das carências reais da população, uma vez que, em geral, a deflação não garante necessariamente bem-estar. Para se tomar como exemplo, durante a Grande Depressão nos EUA, os preços caíram 9% em 1931 e depois outros 10% em 1932, e a economia atravessou a maior crise de sua história.

A proposição desse artigo é transformar o índice de miséria original em um indicador mais amplo da sociedade, ao mesmo tempo, mantendo uma relativa simplicidade em seu cálculo. Além disso, ao ampliar o índice busca-se um afastamento da ideia da curva de Phillips incluída na proposta original de Okun, que tem sido contestada pelo meio acadêmico nos últimos anos. Dessa forma, propomos a utilização de quatro dimensões em seu cálculo: inflação, trabalho, pobreza e endividamento excessivo. Também é sugerida uma normalização da escala do índice, de forma a superar o problema de resultados muito díspares entre as variáveis escolhidas.

Cumpramos esclarecer que, apesar do nome do indicador ora proposto ser “Índice de Miséria Ampliado” (IMA), ele não tem o objetivo de mensurar a miséria. O indicador constitui uma medida de variação da carência de bem-estar e não uma medida de proporção da população considerada pobre que vive abaixo de uma determinada linha arbitrária de pobreza. O índice sintético proposto é válido quando observado em uma série histórica, com o objetivo de formar uma análise da situação geral da população, com ênfase na mais carente. Seu resultado é uma medida objetiva, uma vez que é baseada em dados estatísticos que contribuem para informar, em conjunto, se a situação econômica e social em determinado momento está melhor ou pior. O índice não é calculado a partir de expectativas ou avaliações subjetivas sobre as dimensões que o compõem.

Os resultados encontrados a partir do índice proposto apontaram para queda até 2014, significativo crescimento nos dois anos seguintes e estabilização entre 2017 e 2019. Em 2020 houve novo aumento, que prosseguiu e se acentuou em 2021, último ano da série, quando o índice de miséria atingiu o valor mais elevado.

O artigo está dividido em quatro seções, além desta introdução. Na próxima, são discutidas as dimensões da análise, as variáveis selecionadas e as fontes de informações utilizadas. Em seguida é apresentada a metodologia para a montagem do novo índice de

miséria. A discussão dos resultados encontrados faz parte da quarta seção. Finalmente, o texto é encerrado com as principais conclusões.

1. Dimensões, variáveis e fontes

A inflação, presente no índice original, é uma dimensão fundamental, mantida na nova versão do índice a partir da utilização do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). A escolha do INPC ocorre por se tratar de um índice mais apropriado para a evolução do custo de vida da população de mais baixa renda (famílias com renda de um a oito salários-mínimos), *vis-à-vis* outros índices disponíveis, como o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A manutenção do INPC foi considerada por conta de sua estrutura de ponderação: os itens alimentação, habitação e transportes atingem, somados, 62% da composição do índice geral. Em seguida aparecem saúde e educação. Dessa forma, o crescimento da inflação nesses itens, que têm peso significativo no INPC, indicam um possível aumento da carência de bem-estar para a população, implicando em aumento do índice de miséria ampliado.

A dimensão trabalho, que também consta no índice original, tem a variável taxa de desemprego (ou taxa de desocupação) substituída pela taxa composta de subutilização da força de trabalho. Esta medida foi apresentada em 2013 na 19ª Conferência Internacional de Estatísticas do Trabalho, promovida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), como sendo uma medida mais completa para se mensurar os desequilíbrios no mercado de trabalho quanto ao aproveitamento da mão de obra (International Labour Organization [ILO], 2013). O indicador inclui, além dos desocupados, os que trabalham menos de 40 horas semanais e gostariam e estavam disponíveis para trabalhar mais horas, e a força de trabalho potencial (desalentada ou não). Trata-se de uma medida que fornece uma informação mais ampla sobre as dificuldades no mercado de trabalho no Brasil do que a taxa de desocupação.

A dimensão da pobreza foi incorporada ao índice, contudo, sem utilizar linhas de pobreza, o que introduziria algumas dificuldades. A principal delas seria a definição do valor da linha a ser utilizada, ou definir onde fazer o corte entre pobres e não pobres. Foi utilizada uma estratégia distinta para incorporar a dimensão da pobreza no índice, sendo fixado um percentual (20%) de pessoas mais pobres e verificada a evolução de seu rendimento médio domiciliar *per capita* (RDPC), considerando todas as fontes de rendimento – trabalho, pensão, aposentadoria, benefícios de programas sociais e outros).

Finalmente, foi ainda considerada a dimensão do endividamento excessivo, sendo incluída uma medida do percentual de inadimplência das pessoas físicas obtida a partir de informações da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor, da Confederação Nacional do Comércio (PEIC-CNC). Tal índice está associado, principalmente, às dívidas em

atraso com cartão de crédito, cheque especial e crediário. Os altos valores encontrados para a inadimplência deixam nítida a situação precária de importante parcela da população brasileira.

Note-se que outras dimensões ou variáveis poderiam ser incorporadas ao índice como o próprio PIB, a taxa de juros, a informalidade, a contribuição previdenciária etc. Há sempre algum nível de arbitrariedade em escolhas dessa natureza. De qualquer forma, a inclusão de um número elevado de dimensões ou variáveis, além de prejudicar a interpretação do índice, acaba não acrescentando muita informação, na medida em que com as correlações eventualmente existentes entre elas, a introdução de novas informações acaba acrescentando pouco ao índice.²

Dessa forma, foram utilizados resultados médios anuais para as quatro variáveis escolhidas para representar cada dimensão, conforme mostrado no Quadro 1. No caso da taxa de subutilização da força de trabalho e do rendimento dos mais pobres a fonte escolhida foi a PNAD Contínua desde 2012, quando tais dados começaram a ser divulgados.³

Quadro 1. Dimensões, variáveis e bases de dados que compõem o Índice de Miséria Ampliado

Dimensão	Variável	Fonte
1. Inflação	Taxa de variação do INPC	IBGE-SNIPC
2. Trabalho	Taxa composta de subutilização	IBGE-PNAD Contínua
3. Renda	RFPC media do 1º quinto da distribuição	IBGE-PNAD Contínua
4. Endividamento excessivo	Taxa de inadimplência das famílias	CNC-PEIC

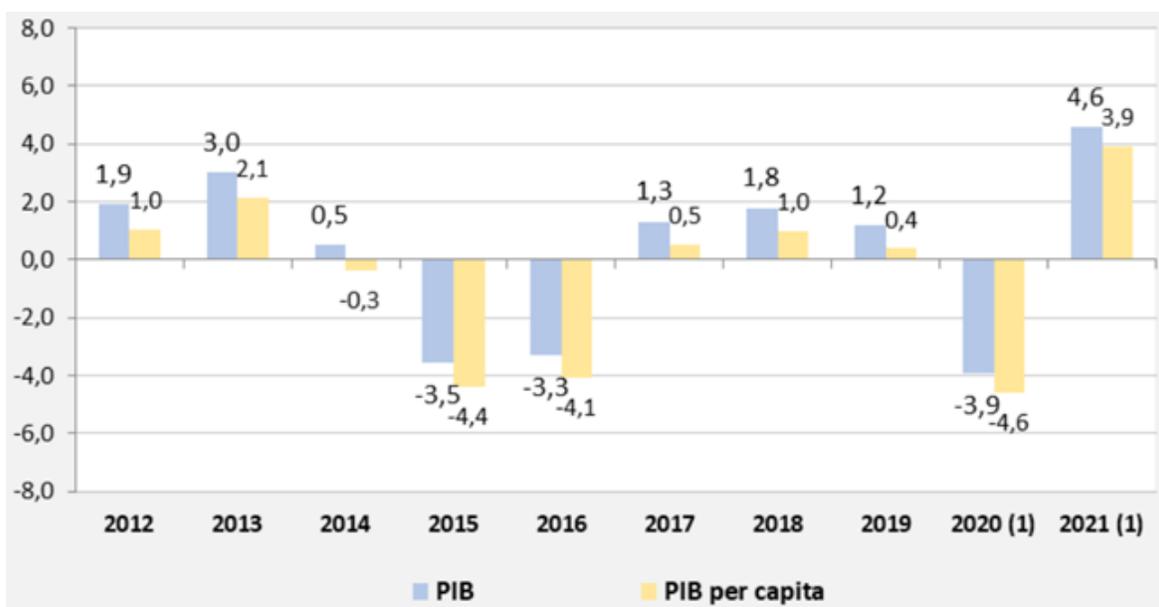
Como descrito na literatura (IBGE, 2020, pp. 13-14), desde o início da década de 2010, a economia passou por várias etapas que apresentaram alternadamente crescimento, estagnação e recessão. A partir de 2012, durante o governo Dilma, a economia brasileira iniciou um período de desaceleração da atividade econômica que culminou na grave crise de 2015/2016, quando houve forte queda do PIB e do PIB *per capita*. Iniciando em meados de

² Por esse motivo esta versão “mais madura” do índice de miséria ampliado difere da versão apresentada em trabalho preliminar divulgado pelos autores (Saboia e Hallak Neto, 2022). Na ocasião havia uma quinta dimensão composta pela desigualdade de renda, medida pela razão 20/20. Os testes de correlação indicaram que este indicador era altamente correlacionado ao indicador de rendimento domiciliar médio per capita do quinto inferior da distribuição.

³ Por ocasião da preparação deste artigo ainda não havia dados completos para 2022, razão pela qual a análise se encerra em 2021.

2016, a partir do processo de *impeachment*,⁴ os dois anos e meio do governo Temer foram marcados por um período de baixo crescimento que se manteve até o primeiro ano do governo Bolsonaro, em 2019. Em seguida, a pandemia de Covid-19 atingiu o País em março de 2020 e trouxe consequências desastrosas para a saúde da população e para a economia como um todo. Houve intensa retração econômica em 2020 e recuperação posterior, em 2021. No período 2012-2021, as taxas acumuladas das variações do PIB (4,3%) e do PIB *per capita* (-3,8%) alcançaram percentuais irrisórios, ou até mesmo negativo no caso do PIB *per capita*, no período de uma década. Partindo do início do período recessivo, entre 2015 e 2021, os resultados acumulados foram de -1,1% para o PIB e -6,5% para o PIB *per capita*. O Gráfico 1 apresenta os resultados das variações anuais do PIB e do PIB *per capita* desde 2012.

Gráfico 1. Taxa de variação anual do Produto Interno Bruto (PIB) e do PIB per capita. Brasil: 2012-2021.



Fonte: IBGE, Sistema de Contas Nacionais. Nota: (1) Dados preliminares do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais.

As projeções para os anos 2022 e 2023 indicam que o País ainda contará com crescimento insuficiente para efetuar uma retomada.⁵

⁴ Em 12 de maio de 2016, o Senado Federal confirmou a decisão da Câmara dos Deputados e aprovou o afastamento de Dilma Rousseff da Presidência da República, cargo para a qual ela havia sido eleita para exercer o mandato de 1 de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2018. Na ocasião, a Presidência passou a ser exercida pelo Vice-presidente Michel Temer até a conclusão do mandato. O controverso processo, que contou com a articulação entre o Vice-presidente e políticos da oposição no Congresso Nacional, foi interpretado, por muitos, como um golpe contra o processo democrático que elegeu Dilma Rousseff em 2014 (Alves et al., 2017).

⁵ Segundo previsão do *Relatório Focus* do Banco Central do Brasil no início de 2023, a projeção de crescimento do PIB para o Brasil indicava 3,0% em 2022 e 0,8% em 2023 (BCB, 2023, janeiro 27).

A inflação medida pelo INPC acumulado em 12 meses, por sua vez, apresentou altos e baixos. Flutuou nos três primeiros anos em torno de 6% anuais, saltando de 6,2% em 2014, para 11,3% em 2015. O reduzido crescimento dos anos seguintes coincidiu com uma inflação mais baixa, que atingiu o menor valor da década em 2017 (2,1%). Ela iniciou tendência de crescimento no primeiro ano da pandemia de Covid-19 (5,5%) e atingiu 10,2% em 2021 (Tabela 1).

A taxa de subutilização da força de trabalho acompanhou inversamente os movimentos da economia, caindo entre 2012 e 2014 e subindo na crise de 2015-2016. O pequeno crescimento econômico de 2017 a 2019 não foi suficiente para reduzir a subutilização da mão de obra, que, ao contrário, passou para patamar em torno de 24% da força de trabalho no triênio. Novo salto ocorreu em 2020 quando alcançou 28%, sendo este o valor mais elevado do período, estando claramente associado ao início da pandemia. Em 2021, a taxa de subutilização permaneceu praticamente no mesmo nível do ano anterior, mantendo o patamar elevado da série (Tabela 1).

Tabela 1. Resultados dos indicadores selecionados para compor o Índice de Miséria Ampliado. Brasil: 2012-2021 (médias anuais).

Ano	Variação do INPC (%)	Taxa de subutilização (%)	Renda média mensal 1º quinto (R\$)	Taxa de inadimplência (%)
2012	6,2	18,4	224,50	23,1
2013	5,6	16,4	240,50	23,6
2014	6,2	15,1	258,00	21,7
2015	11,3	17,4	248,00	23,4
2016	6,6	21,0	224,00	27,1
2017	2,1	23,9	217,50	28,7
2018	3,4	24,4	218,00	27,0
2019	4,5	24,2	219,50	26,9
2020	5,5	28,2	244,50	28,7
2021	10,2	27,2	187,50	28,2

Fonte: IBGE-Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (SNIPC); IBGE-PNAD Contínua; CNC-PEIC. Elaboração dos autores.
Nota: Rendimento médio em Reais de 2021.

A pobreza, medida pelo rendimento real médio (de todas as fontes) per capita dos domicílios mais pobres, apresentou resultados específicos. Os maiores níveis de rendimento da base da população (considerando os 20% com menores rendimentos) foram encontrados

durante o governo Dilma, mais propriamente no triênio 2013-2015. Nesse período, a política do salário-mínimo associava seus reajustes à correção inflacionária e ao crescimento econômico de dois anos anteriores, quando a economia vinha apresentando taxas positivas. Nos anos seguintes, com a recessão, a estagnação econômica e a extinção da política de reajuste do salário-mínimo tal como anteriormente definida, o rendimento dos mais pobres passou a registrar queda até 2019.⁶ Em 2020, com a disseminação da pandemia no País, o colapso do mercado de trabalho e a implementação do Auxílio Emergencial (AE) houve importante recuperação da renda dos mais pobres. Em 2021, entretanto, a pobreza voltou a crescer, influenciada pelos meses em que o AE foi retirado e, posteriormente, reconduzido com valor equivalente a cerca da metade do inicial e abrangência restrita. Somando-se esta redução ao ainda fraco desempenho do mercado de trabalho, o rendimento real dos mais pobres foi o menor de toda a década (Tabela 1).

Para verificar a consistência das variáveis selecionadas para o IMA, foi construída a matriz de correlações entre elas. Em geral, os sinais das correlações são coerentes com o que se poderia esperar. A taxa de subutilização da força de trabalho se correlaciona positivamente com a taxa de inadimplência, e negativamente com o rendimento dos mais pobres. A renda dos mais pobres se correlaciona negativamente com a taxa de inadimplência. A maior surpresa fica por conta da inflação, que não apresenta correlação significativa com as demais variáveis (Tabela 2).

Tabela 2. Matriz de correlações entre as variáveis selecionadas para compor o IMA.

	Varição do INPC	Taxa de subutilização	Renda média mensal 1º quinto	Taxa de inadimplência
Varição do INPC	1,000			
Taxa de subutilização	-0,195	1,000		
Renda média mensal 1º quinto	0,012	-0,621	1,000	
Taxa de inadimplência	-0,308	0,933	-0,623	1,000

Fonte: Elaboração dos autores.

Nota: Correlações significativas ao nível de 5% destacadas em negrito.

⁶ Cumpre lembrar que o SM é também referência para os benefícios de programas sociais e para o piso das aposentadorias do INSS, e que ambos constituem parte relevante do rendimento total das pessoas que integram o quinto inferior da distribuição.

A matriz de correlações apresenta valores muito elevados para as correlações entre a taxa de subutilização e a taxa de inadimplência (0,933). Isso significa que não haveria grande perda de informação se utilizarmos um índice de miséria com apenas três variáveis, nesse caso com a taxa de subutilização substituindo a taxa de inadimplência. Em outras palavras, seria também uma opção válida, por exemplo, produzir uma versão reduzida do índice de miséria com a taxa de inflação, a taxa de subutilização da força de trabalho e o nível de rendimento dos mais pobres.⁷ Entretanto, como subutilização da força de trabalho e inadimplência das pessoas físicas são conceitos e significados tão distintos e, ao mesmo tempo, importantes para a mensuração da falta de bem-estar da população, optamos por mantê-los na versão proposta para o índice ampliado.

2. Metodologia

Os indicadores utilizados na proposta do índice de miséria ampliado possuem características conceituais e metodológicas bastante distintas entre si. Dois deles são medidos em percentuais que representam proporções, como as taxas de subutilização (sobre a força de trabalho) e taxa de inadimplência (sobre um conjunto de famílias). O INPC, também medido em percentual, representa uma taxa de variação e o rendimento médio do quinto inferior da distribuição populacional é medido em reais de 2021. Portanto, como salientado na introdução deste artigo, não é aconselhável, ou até mesmo possível, utilizar a metodologia original do índice de Okun representada pela soma de dois resultados percentuais. Ademais, embora na maior parte dos indicadores as elevações representem uma situação pior (inflação, subutilização e inadimplência), no caso do rendimento, ao contrário, seu crescimento implica em tendência de melhoria das condições de vida.

Diante dessas questões, foi necessário encontrar uma forma de sintetizar os indicadores de forma a comporem um índice de miséria ampliado que considere múltiplas dimensões. A solução apresentada foi transformar os resultados dos indicadores em uma escala normalizada, de forma que o aumento de um indicador específico represente – tudo o mais constante – um aumento do IMA, ou seja, uma piora na situação encontrada. Assim, a proposta foi transformar cada indicador (ou variável) em um índice que varie entre zero e um, de tal forma que um valor maior signifique uma situação mais desfavorável e vice-versa, tomando como inspiração a metodologia desenvolvida para o cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das Nações Unidas.⁸

⁷ Os resultados da série do IMA com apenas três variáveis estão no Anexo.

⁸ Saboia e Kubrusly (2014) utilizaram metodologia similar para analisar o mercado de trabalho metropolitano no período 2003-2013 com um conjunto de variáveis da antiga Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE.

Sendo assim, para aqueles indicadores/variáveis cujo crescimento significa piora (inflação, subutilização e inadimplência), o índice da dimensão (ID) é calculado por:

$$ID = (V - V_{\min}) / (V_{\max} - V_{\min}) \quad (1)$$

Para a estatística cujo crescimento significa melhora (rendimento dos mais pobres), o índice ID é calculado por:

$$ID = (V - V_{\max}) / (V_{\min} - V_{\max}) \quad (2)$$

Onde:

V é o valor da variável escolhida em cada ano,

V_{max} é o valor máximo observado no período, e

V_{min} é o valor mínimo observado no período considerado.

Em suma, a partir dos resultados anuais de cada indicador, e de seus valores máximos e mínimos no período, foram calculados os respectivos índices de cada dimensão utilizando-se as fórmulas (1) ou (2), de acordo com seu sentido de variação.

Finalmente, o Índice de Miséria Ampliado (IMA) foi obtido pela média aritmética simples de cada índice individual (ID_{ii}):⁹

$$IMA = (ID_1 + ID_2 + ID_3 + ID_4) / 4 \quad (3)$$

3. Principais resultados

Aplicando-se a metodologia descrita aos dados da Tabela 1 são gerados os resultados anuais para cada dimensão que compõe o IMA (inflação, subutilização, rendimento dos mais pobres e inadimplência), exibidos na Tabela 3.¹⁰ Nota-se que a deterioração dos resultados individuais de cada dimensão ocorre mais enfaticamente a partir de 2016. Fica evidente também que, enquanto em 2014 três das quatro dimensões apontaram o valor mínimo (zero), em 2021 uma delas indicou o valor máximo (um) e as outras três, valores muito altos, em torno de 0,900.

O Gráfico 2 mostra a evolução do IMA utilizando a média dos quatro indicadores que representam as dimensões escolhidas entre os anos 2012 e 2021. Conforme observado, há forte queda do Índice durante o primeiro governo Dilma, tendo atingido o valor mínimo do período (0,113) em 2014. Nos dois anos seguintes o IMA sobe de modo expressivo e em

⁹ Foi utilizada a média aritmética simples, mas nada impede que seja utilizada uma média aritmética ponderada com pesos maiores para as dimensões consideradas mais importantes.

¹⁰ Saboia, Hallak e Roubaud (2022, junho 7) apresentam resultados semelhantes aos aqui encontrados utilizando dados trimestrais e quatro variáveis.

seguida se estabiliza, mantendo-se em patamar em torno de 0,550 entre 2016 e 2019. Em 2020, o Índice de Miséria Ampliado cresceu novamente, alcançando 0,640. Em 2021 ocorreu uma piora acentuada e o IMA atingiu o maior valor de todo o período (0,933).

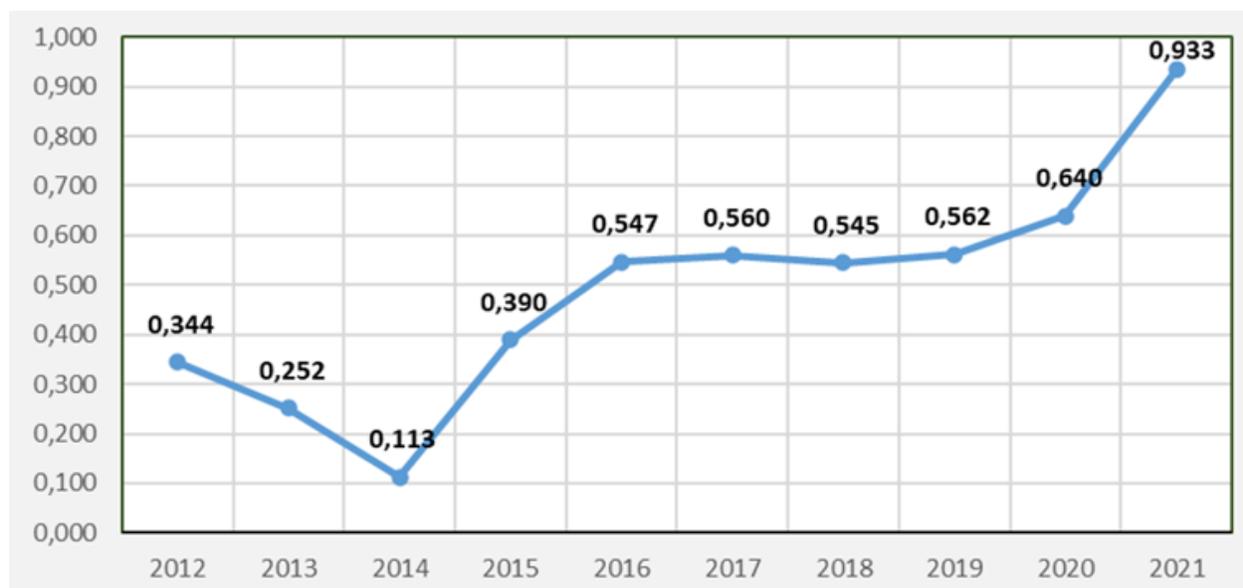
Tabela 3. Resultados do índice para cada dimensão e cálculo do Índice de Miséria Ampliado. Brasil: 2012-2021 (médias anuais).

Ano	Inflação	Trabalho	Renda	Endividamento excessivo	IMA
2012	0,448	0,252	0,475	0,202	0,344
2013	0,379	0,102	0,248	0,277	0,252
2014	0,452	0,000	0,000	0,000	0,113
2015	1,000	0,175	0,142	0,242	0,390
2016	0,490	0,450	0,482	0,767	0,547
2017	0,000	0,668	0,574	0,997	0,560
2018	0,148	0,706	0,567	0,760	0,545
2019	0,262	0,696	0,546	0,743	0,562
2020	0,367	1,000	0,191	1,000	0,640
2021	0,878	0,924	1,000	0,931	0,933

Fonte: Elaboração dos autores.

Nota: Resultados superiores a 0,500 estão destacados em negrito.

Gráfico 2. Evolução do Índice de Miséria Ampliado. Brasil: 2012-2021.



Em virtude das dimensões que compõem o IMA, seu comportamento tende a estar associado ao comportamento geral da economia, embora nem sempre o siga estritamente. Até 2014, a economia apresentou crescimento, embora em desaceleração, o mercado de trabalho estava aquecido e as políticas redistributivas estruturadas. Esta conjunção de fatores positivos para as condições de vida da população ocasionou a queda do Índice até seu piso na série histórica. Já o biênio 2015-2016 foi marcado por forte recessão econômica, que impactou negativamente as quatro dimensões e aumentou o IMA. No triênio 2017-2019 a economia do País apresentou baixo crescimento e o mercado de trabalho permaneceu desaquecido, apesar da inflação controlada. Estas características contribuíram para uma certa estabilidade do Índice de Miséria Ampliado.

Em 2020, com o início da pandemia no País, a ainda baixa inflação e a implantação do auxílio emergencial colaboraram para o decréscimo do índice, mas as enormes dificuldades verificadas no mercado de trabalho brasileiro, que também impacta na inadimplência das famílias, trouxeram uma resultante de alta no índice. Finalmente, em 2021, com o aumento da inflação e a queda do rendimento dos mais pobres, o Índice explodiu e atingiu o valor mais alto da série. Note-se que, ao atingir 0,933, chegou bem próximo do valor máximo que o IMA pode alcançar (ou seja, 1,000).

A forma como a pandemia foi enfrentada no Brasil resultou em graves problemas no âmbito da saúde, com um número muito elevado de internações e óbitos.¹¹ Como principais fatos citamos a demora do Governo Federal em disponibilizar e incentivar uma intensa campanha de vacinação, em contraposição ao discurso oficial da prescrição de medicamentos sem eficácia comprovada pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Mas, a lentidão no enfrentamento à pandemia trouxe também custos à economia, pois após um período natural de adaptação dos agentes econômicos à situação imposta pela pandemia, a produção e o emprego demoraram a reagir. Além do comportamento errático na gestão da saúde,¹² medidas econômicas equivocadas também foram adotadas. O descontrole inflacionário, em boa parte influenciado pela desvalorização do Real e da política de preços do petróleo e de seus derivados, como o óleo diesel e o gás, elevaram os preços básicos da economia, como os de moradia e de insumos importados para a produção, além de produtos alimentícios, que reduziram o poder de compra da população. Some-se a isso a política de drástica redução dos estoques reguladores de alimentos, que foram responsáveis pela alta de preços de itens como arroz, feijão, soja, café e trigo (Vasconcelos, 2020, setembro 19; Caramel, 2021, dezembro 16).

¹¹ Em algumas semanas de março e abril de 2021 o país chegou a superar 3 mil óbitos diários por Covid-19 (média móvel semanal). O número de óbitos totais até 31 de dezembro passou de 619 mil, sendo mais de 422 mil ocorridos somente em 2021, de acordo com os balanços divulgados.

¹² É ilustrativo que justamente no momento mais desafiador para a saúde do País, o Governo Federal tenha trocado por quatro vezes o comando do Ministério da Saúde, somente no período de abril de 2020 a março de 2021.

Importante registrar, também, que em 2021 o pagamento de Auxílio Emergencial foi descontinuado, com a extinção do benefício nos meses iniciais, entre janeiro e março, e a redução substancial de seu valor nos meses seguintes, até dezembro de 2021.¹³ Sendo assim, o conjunto das políticas públicas adotadas impactou a subida do IMA ao seu nível recorde.

Os resultados do Índice de Miséria Ampliado indicam que o crescimento do PIB em 2021 não se traduziu em melhoria das condições de vida das famílias brasileiras mais pobres. Mesmo com a recuperação econômica, o IMA continuou a subir e atingiu, como mencionado, o valor recorde naquele ano. Ou seja, o referido crescimento não foi favorável ao conjunto das dimensões que compõem o índice: inflação, trabalho, renda dos mais pobres e endividamento excessivo. Em outras palavras, houve crescimento do PIB após uma forte retração no ano anterior, mas não houve correspondente distribuição dos recursos para a parcela mais vulnerável da população. Dessa forma, o IMA – apesar de ter alguma relação com a trajetória da economia e a taxa de variação do PIB – acrescenta outra perspectiva, trazendo novos e importantes elementos para se avaliar a dinâmica econômica e social, contribuindo para verificar, por exemplo, se o crescimento observado da economia foi mais ou menos inclusivo.

Considerações finais

O Índice de Miséria Ampliado aqui apresentado transforma a proposta original de Arthur Okun aumentando o espectro de variáveis disponíveis para captar a situação de bem-estar da população por meio de uma medida sintética. A partir de uma metodologia simples e de fácil compreensão foi possível mensurar a evolução da situação do País em termos de bem-estar populacional na última década.

A análise dos resultados encontrados para o período 2012/2021 mostra como flutuaram as condições socioeconômicas da população e, sobretudo, como elas pioraram em 2015-2016 e em 2020-2021. Se, por um lado, o governo Dilma apresentou uma tendência de melhoria entre 2012 e 2014, pouco antes da forte crise que atingiu o País em meados da década, por outro, em 2016, o Índice já superava o valor do início da série em 2012. Ao longo do governo Temer, houve estabilização, devido às más condições do mercado de trabalho, em parte compensadas pela redução da inflação, que prosseguiu até 2019. Em 2020, com a chegada do coronavírus ao País houve tendência de alta do IMA, embora a criação do Auxílio Emergencial – programa vultoso e abrangente de transferência de renda, que teve como foco a população de renda mais baixa naquele ano – tenha restringido sua elevação. Já a explosão

¹³ Maiores detalhes podem ser encontrados na *Síntese de Indicadores Sociais 2022*, no capítulo “Padrão de vida e distribuição de rendimentos” (IBGE, 2022).

do Índice em 2021 se deveu principalmente ao forte aumento inflacionário combinado com o corte temporário do Auxílio Emergencial e a posterior redução do seu público-alvo e do valor transferido à população mais vulnerável.

O IMA contribui para a interpretação do diagnóstico econômico e social. A partir de meados de 2022, quando os indicadores se tornaram disponíveis para o cálculo do último ano da série do Índice, tornaram-se claras as dificuldades enfrentadas pelo presidente Bolsonaro na tentativa de reeleição em um momento em que a sensação de bem-estar da população parecia estar no nível mais baixo dos últimos dez anos. As medidas intempestivas do Governo Federal à época (buscando a queda da inflação através da redução de impostos e a ampliação da renda dos mais pobres via aumento de benefícios sociais) tiveram claro objetivo eleitoral, sem maiores preocupações com a legislação eleitoral e com as contas públicas, desembocando na “PEC Kamikaze”¹⁴ aprovada a toque de caixa pelo Congresso em meados de 2022.

De fato, o pacote eleitoral aprovado trouxe alívio para a população mais carente, e tornou as perspectivas para o IMA para 2022 relativamente mais favoráveis. Alguns dados disponíveis por ocasião da preparação do artigo indicavam que, por exemplo, a inflação foi reduzida com o corte do ICMS, à custa dos estados e municípios, que ficaram com menos recursos para gastos em áreas como educação e saúde. O choque de preços dos combustíveis teve um efeito concentrado em meados de 2022, logo após a aplicação de menores taxas para o imposto.

O mercado de trabalho, que atua diretamente sobre o Índice de Miséria Ampliado por meio da taxa de subutilização da força de trabalho, também indica melhora em 2022. Sua evolução, entretanto, está atrelada ao comportamento geral da economia, que deverá continuar apresentando dificuldades para retomar um crescimento sustentado.

O aumento da renda dos mais pobres propiciado pelo salto do valor do Auxílio Brasil (AB), nome do novo programa de transferência de renda do final do governo Bolsonaro, que substituiu o Bolsa Família em 2022, passando de R\$ 400 para R\$ 600, certamente contribuiu para a redução da pobreza. Tal redução, entretanto, deve ser bem menor do que a obtida em 2020 com a criação do Auxílio Emergencial de R\$ 600. Naquela época foram beneficiadas mais de 60 milhões de pessoas, enquanto o número de famílias que passaram a

¹⁴ “PEC Kamikaze” foi como ficou conhecida a proposta elaborada pelo Poder Executivo de Emenda à Constituição em meados de 2022. A Emenda, aprovada em 13 de julho pelo Congresso Nacional, permitiu a criação de novas despesas públicas em ano eleitoral, o que é proibido por lei. Dentre as despesas criadas, houve o aumento do benefício do Auxílio Brasil e a adesão de novas famílias ao programa, a complementação de rendimentos para caminhoneiros, taxistas e motoristas de aplicativos, o subsídio para compra de gás de cozinha (vale gás), além da redução do preço dos combustíveis via isenção fiscal.

receber o novo valor do AB chega a 20 milhões. Quando os dados estiverem disponíveis, a elevação do rendimento médio das famílias pobres deverá contribuir para alguma queda no indicador de renda em 2022, que é um dos componentes do IMA.

Já no caso da inadimplência das famílias, os dados foram bastante desfavoráveis também em 2022 e provavelmente seguirão nessa trajetória. A disparada das taxas de juros representa o ponto de partida para a alta inadimplência. Por outro lado, a permissão para que os beneficiários do AB pudessem comprometer até 40% do seu valor mensal para pagamento das mensalidades do crédito consignado, além de aumentar o endividamento, certamente contribuiu para o crescimento da inadimplência das famílias pobres.

Assim, há perspectivas de ter havido melhora do IMA em 2022, sobretudo quando comparado ao nível encontrado em 2021, mas ainda assim deverá permanecer em nível elevado. Como vários dos efeitos das medidas econômicas adotadas no final do governo Bolsonaro – que impactam diretamente a inflação, a pobreza e a distribuição de renda – em parte foram revertidos no curto e no médio prazos, há grande incerteza sobre como evoluirá o Índice de Miséria Ampliado a partir de 2023. Em última análise, ele estará condicionado às políticas públicas (econômicas e sociais) que serão desenvolvidas pelo novo governo.

Referências

Alves, G., Gonçalves, M., Tonelli, M. L. Q., & Ramos Filho, W. (Orgs.) (2017). *Enciclopédia do golpe* (vol. I). Projeto Editorial Praxis.

Banco Central do Brasil (BCB) (2023, janeiro 27). *Focus: Relatório de mercado*. <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus/27012023>

Barro, R. (1999, February 22). Reagan vs. Clinton: Who's The Economic champ? *Bloomberg*. https://www.bloomberg.com/news/articles/1999-02-21/reagan-vs-dot-clinton-whos-the-economic-champ?utm_source=website&utm_medium=share&utm_campaign=copy

Caramel, L. (2021, dezembro 16). No país do agro, estoques estratégicos de alimentos viram coisa do passado. *Le Monde Diplomatique Brasil*. <https://diplomatique.org.br/no-pais-do-agro-estoques-estrategicos-de-alimentos-viram-coisa-do-passado/>

Fuhrer, J., Kodrzycki, Y. K., Little, J. S., & Olivei G. P. (Eds.) (2009). *Understanding inflation and the implications for monetary policy: A Phillips Curve retrospective*. MIT Press.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2022). *Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2022*. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101979.pdf>

International Labour Organization (ILO) (2013). 19^a International Conference of Labour Statisticians, 2008. Resolution concerning statistics of work, employment and labour underutilization: resolution I. https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/normativeinstrument/wcms_230304.pdf

Nessen, R. (2008, December 17). The Brookings Institution's Arthur Okun – Father of the "Misery Index". <https://www.brookings.edu/opinions/the-brookings-institutions-arthur-okun-father-of-the-misery-index/>

Okun, A. M. (1962). Potential GNP: Its measurement and significance. American Statistical Association, Proceedings of the Business and Economic Statistics Section.

Okun, A. M. (1962). Potential GNP: Its measurement and significance. In Proceedings of the Business and Economic Statistics Section of the American Statistical Association (pp. 98-104). ASA. <https://mileskorak.files.wordpress.com/2016/01/okun-potential-gnp-its-measurement-and-significance-p0190.pdf>

Saboia, J., & Hallak Neto, J. (2022). Proposta de um Índice de Miséria Ampliado para o Brasil. [Texto para Discussão n. 22/2022], Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. <https://www.ie.ufrj.br/publicacoes-j/textos-para-discussao.html#2022>

Saboia, J., Hallak Neto, J., & Roubaud, F. (2022, junho 7). Bolsonaro e o índice de miséria. *Valor Econômico*. <https://valor.globo.com/opiniaao/coluna/bolsonaro-e-o-indice-de-miseria.ghtml>

Saboia, J. & Kubrusly, L. (2014). Indicadores para o mercado de trabalho metropolitano no Brasil. [Texto para Discussão n. 21/2014], Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. https://www.ie.ufrj.br/images/IE/TDS/2014/TD_IE_021_2014_SABOIA.pdf

Vasconcelos, H. (2020, setembro 19). Brasil esvazia estoques de alimentos e perde ferramenta para segurar preços. *UOL*. <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/09/19/estoques-publicos-conab-alimentos-reducao.htm>

17

Recebido em 06 de fevereiro de 2023.

Revisado em 27 de abril de 2023.

Aprovado em 02 de maio de 2023.

Anexo

Neste Anexo apresentamos uma versão alternativa do Índice de Miséria Ampliado considerando três dimensões (3D): inflação, subutilização da força de trabalho e renda dos mais pobres. A Tabela A1 mostra os valores dos índices parciais das três dimensões utilizadas e do IMA obtido. Os resultados globais são semelhantes aos da versão original discutida no artigo, com queda inicial até 2014, crescimento em seguida até 2016, certa estabilidade nos anos seguintes e disparada em 2021. O menor valor é encontrado em 2014 e o maior, em 2021.

Há, entretanto, nuances nos resultados que podem ser visualizadas no Gráfico A1. A principal diferença é encontrada no período 2017-2019, com o Índice de quatro dimensões (4D) apresentando resultados mais elevados. Nos dois anos finais há convergência, com ambos mostrando resultados praticamente coincidentes. Assim, o valor *outlier* do Índice encontrado em 2021 é mantido na segunda versão de três dimensões.

**Tabela A1. Cálculo do Índice de Miséria Ampliado com base em três dimensões.
Brasil: 2012-2021 (médias anuais).**

Ano	Inflação	Trabalho	Renda	IMA (3D)
2012	0,448	0,252	0,475	0,392
2013	0,379	0,102	0,248	0,243
2014	0,452	0,000	0,000	0,151
2015	1,000	0,175	0,142	0,439
2016	0,490	0,450	0,482	0,474
2017	0,000	0,668	0,574	0,414
2018	0,148	0,706	0,567	0,474
2019	0,262	0,696	0,546	0,501
2020	0,367	1,000	0,191	0,519
2021	0,878	0,924	1,000	0,934

Fonte: Elaboração dos autores.

Nota: Resultados superiores a 0,500 estão destacados em negrito.

**Gráfico A1. Evolução do Índice de Miséria Ampliado (três dimensões e quatro dimensões).
Brasil: 2012-2021.**

